

Política

PARTIDOS

‘O PMDB é uma piada’, critica Germano Rigotto

Ex-governador contesta pedidos de impeachment e afirma que o momento exige postura responsável dos partidos

Marina Schmidt

marina@jornaldocomercio.com.br

A crise institucional, com efeitos econômicos e nos arranjos políticos do País, poderia ser observada como uma oportunidade de fortalecimento do PMDB, possibilidade que o partido tem deixado escapar, segundo avalia o ex-governador do Estado Germano Rigotto (PMDB), que iniciou a trajetória política no partido no início da década de 1980.

“O PMDB é uma piada”, disparou ontem, após falar para um grupo de executivos de finanças durante a 26ª edição do Congresso Nacional de Executivos de Finanças (Conef), realizado na Capital.

Em entrevista exclusiva ao **Jornal do Comércio**, ele reiterou críticas que fez na palestra que ministrou na tarde de ontem, no Centro de Eventos do Hotel Plaza São Rafael. “Em vez de debater as

grandes questões nacionais, fica discutindo espaço, nacos do governo”, declarou, obtendo murmúrios de concordância da plateia. Depois, à reportagem, Rigotto afirmou que o PMDB poderia pensar em um projeto nacional seu para 2018. “Mas, cada vez, isso vai ficando mais distante, de novo.”

Direcionando a parte mais dura das críticas à ala oposicionista do partido, o ex-governador salientou que o contexto atual exige responsabilidade da oposição. “O PMDB não pode ser irresponsável em um momento como este e dizer que vai ser oposição ao governo, até porque o vice-presidente (Michel Temer) é do PMDB”, sublinhou. “Estou vendo partidos sem nenhuma responsabilidade no que estão votando no Congresso Nacional e que são capazes de derrubar vetos, o que é um caos, pois atira mais o País para o abismo.”

Além da falta de posiciona-



ANTONIO PAZ/JC

Rigotto condena atitude fisiológica e clientelista adotada pela sigla

mento político como opção para 2018, Rigotto lembrou que o partido tem mantido uma postura recorrente de disputar participação no poder, o que aconteceu nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e dos petistas Lula e Dilma Rousseff.

“Acho que o PMDB teria que ter responsabilidade na sustentação, dar condições de governabilidade, mas não precisa ficar disputando cargos. Não precisa ficar a bancada indicando nomes, o Senado outros nomes, e outros grupos indicando outros. Isso apequena o

PMDB e faz com que o partido perca aquilo que construiu ao longo da história”, criticou. “Comprometemos aquilo que se construiu com tanto trabalho ao longo da história com esse tipo de postura fisiológica, clientelista, e que termina envolvendo tudo isso em corrupção, como aconteceu, recentemente, com figuras do PMDB”, citou, sem referir nomes.

Defendendo uma postura diferente não só dentro do PMDB, Rigotto assegurou que chegará um momento em que os partidos, estadual e nacionalmente, vão ter que abandonar a tendência de “olhar para o seu umbigo” e tentar encontrar alternativas para o problema fiscal que enfrentamos no Estado e no País. “Temos um governo enfraquecido na União, um governo que não pode ser deposto por medida que atente contra a Constituição”, citou sobre os pedidos de impeachment da presidente Dilma.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputados adiam votação do projeto que reduz o limite de pagamento das RPVs

Fernanda Nascimento

fernanda.nascimento@jornaldocomercio.com.br

A votação do projeto que diminui o limite de pagamento das Re-

quisições de Pequeno Valor (RPVs) pelo Executivo foi adiada, ontem. Sem acordo entre os deputados que integram a base, as lideranças do governo decidiram retirar o quó-

rum e apreciar a matéria na próxima semana – a partir de quinta-feira, o texto começa a trancar a pauta de votação por tramitar em regime de urgência. Além de pressionar para que a redução do limite seja menor, deputados da base pedem que a legislação não seja aplicada para quem já ingressou com uma ação contra o governo e discutem o impacto da mudança no pagamento dos precatórios – vinculado ao limite das RPVs.

O projeto original estabelece a redução no pagamento de 40 para 7 salários-mínimos, fazendo com que o limite passe de R\$ 31,5 mil para R\$ 5,5 mil. A consequência para os cofres públicos seria a redução dos recursos destinados a este pagamento, que na maioria das vezes têm sido sequestrados pela Justiça. Na prática, também haveria um aumento na fila dos precatórios, pois as dívidas do Estado que ultrapassam os R\$ 5,5 mil entrariam neste bojo.

A matéria incide ainda sobre as preferências de pagamento de precatórios, na qual estão idosos e pessoas com doenças crônicas,

que têm direito a receber uma parcela de até três vezes o limite da RPV. O valor atualmente equivale a R\$ 94,5 mil e passaria a R\$ 16,5 mil.

A pressão dos deputados fez com que o governo recuasse em um ponto: o limite de pagamento. O líder do governo, Alexandre Postal (PMDB), garante que o Executivo apresentará uma emenda para elevar o pagamento a 10 salários-mínimos, o equivalente a R\$ 7,8 mil – aumentando também o pagamento de preferências para R\$ 23,6 mil. Mas ainda há descontentamentos entre a base, composta por partidos, como o PP, que durante o governo Tarso Genro (PT) foram contrários à proposta de alteração semelhante. “Não há consenso, mas semana que vem o projeto é prioritário na votação. Tínhamos três emendas de deputados e os demais partidos não tinham acordo. Então resolvemos retirar a votação”, disse Postal.

O deputado Frederico Antunes (PP) foi o único a protocolar uma emenda ao texto. Ligado ao movimento de precatórios, ele requer que o Executivo mantenha o limite

de 40 salários-mínimos para quem está na fila de preferência. Postal disse que a emenda “inviabiliza todo o projeto” e sinalizou que o governo não acatará a sugestão.

Jorge Pozzobom (PSDB) também pretende apresentar emenda para garantir que as novas regras sejam aplicadas somente para quem ingressar com ação após a nova lei – o projeto do governo assegura os valores atuais apenas para ações com trânsito em julgado. O PDT é um dos partidos que apoiam a iniciativa e pressionou pelo adiamento da votação. “O projeto ainda não está maduro, há divergências, é polêmico e tem impacto significativo na vida das pessoas e nas finanças do governo”, afirmou o líder do PDT, Eduardo Loureiro.

A oposição espera pelo racha no governo para conseguir rejeitar a matéria. Além do PT, PCdoB, P-Sol e PPL, o PTB – que é independente – já afirmou que votará contra. O líder do PT, Luiz Fernando Mainardi, disse que confia na pressão dos servidores e de entidades como OAB e Ajuris para derrubar o projeto.

Ritter Hotéis. A melhor estrutura para sua estadia e seu encontro de negócios.

Desfrute de:

- Ótima localização
- Atendimento diferenciado
- Cozinha internacional
- Centro de eventos

40 anos
ritter hotéis

Largo Vespasiano Júlio Veppo, 55
Centro - Porto Alegre - RS
Tel: 55 51 3210.4000
Tel: 55 51 3228.4044

Faça sua reserva pelo site:
www.ritterhotels.com.br
DDG: 0800.517408

VERSARE
Rede de Hotéis

Lei proíbe constrangimento para aleitamento materno

Os deputados estaduais aprovaram, ontem, o projeto de lei que proíbe o impedimento, constrangimento ou segregação ao ato de

aleitamento materno. A matéria de autoria do deputado Luiz Fernando Mainardi (PT) prevê ainda que os estabelecimentos públicos e pri-

vados devem estabelecer espaços destinados para a amamentação, a fim de garantir o direito ao aleitamento a todas as crianças.